



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



AUDITÓRIO DA ENAP, BRASÍLIA, DF, 30 DE OUTUBRO DE 2000

Senhor Ministro Rodolpho Tourinho, de Minas e Energia; Senhores Ministros de Estado; Senhores Parlamentares; Senhores integrantes do Conselho Nacional de Política Energética; Senhoras e Senhores,

Tenho pouco a dizer, depois do relato feito pelo Ministro Rodolpho Tourinho, que foi amplo, e, ao mesmo tempo, com detalhes suficientes para que se tenha uma idéia do conjunto de realizações na área de energia, e preciso, no que diz respeito aos rumos que estão sendo seguidos.

Eu queria iniciar, portanto, ao me referir à exposição do Ministro Tourinho, agradecer o esforço que o Ministro tem feito para levar adiante um projeto tão ambicioso como é o projeto que temos de reformulação de toda a matriz energética brasileira e de pôr em marcha novamente a nossa infra-estrutura energética. Estendo esses agradecimentos à ação da Aneel e à ação da Agência Nacional de Petróleo. As ações dessas duas empresas se vem juntar, agora, a Agência Nacional de Águas, cujos três Diretores estão aqui presentes. Peço que transmitam aos seus colegas de Conselho os meus agradecimentos, porque essa reformulação tem que ser feita a partir de uma interação nova entre o

Poder Executivo, o poder controlador, que tem, já aí, um elo com a sociedade civil, e o conjunto da sociedade civil.

É por isso também que acho que o fato de estarmos, hoje, inaugurando aqui este novo Conselho, tem um significado todo especial, porque ele se constitui com representantes não só do Governo, mas de universidades, de ONGs e dos estados. O Ministro Tourinho já se referiu à Onda Azul e ao Greenpeace. Quem imaginaria, alguns anos atrás, que fosse possível criar-se um conselho de energia neste país, tendo presentes senhores que, no passado, eram vistos como “perigosos agitadores, contrários aos interesses nacionais”?

Hoje, vê-se que o Brasil mudou e que a ação das ONGs, inclusive a sua ação crítica, é essencial para que possamos avançar nos rumos de uma sociedade realmente aberta e democrática.

Da mesma maneira, como já fez o Ministro Tourinho, agradeço ao Doutor Arce, que representa os estados e que, no caso, é Secretário de Energia do meu Estado de São Paulo.

Mas eu queria lhes dar uma palavra muito especial também, pela presença neste Conselho de dois antigos companheiros: o Doutor Eucides Scalco, que tem revelado uma aptidão extraordinária para a gestão na empresa que ele dirige, que é a Itaipu, e que tem dado demonstração de como se pode servir ao País, servir ao público com decência, com dignidade e sempre avançando em um sentido mais construtivo.

Quero fazer, aqui, uma confissão: O Doutor José Goldemberg e eu nos conhecemos – não vou dizer, exatamente – mas já vão cinqüenta anos. Ele é mais velho que eu... Quando conheci o Professor Goldemberg – sou um pobre professor de Sociologia –, ele já era um importante Professor de Física, mexia com Física Nuclear e trabalhava em fazer uma máquina chamada Betatron. Então, ele era assistente de um Professor chamado Marcelo Damy. E nós, que não entendíamos nada dessa matéria e que vivíamos olhando os jornais, um dia, levamos um susto porque nos disseram que aquela máquina podia causar uma explosão nuclear na Universidade de São Paulo. E isso, naturalmente, comoveu meia universidade. Houve uma série de manifestações e tal.

Hoje, vejo o Professor Goldemberg sendo um dos homens de maior respeitabilidade no mundo. Não explodiu nem um átomo, quanto mais uma bomba atômica, mas fez, sim, explodir nosso interesse pela matéria da energia. E, hoje, o Professor Goldemberg, depois de ter feito uma carreira não só acadêmica, mas política, sempre prestando serviços ao Brasil, é alguém que presta serviços ainda ao Brasil e à Humanidade, tendo se distinguido em vários Conselhos pelo mundo afora e tendo recebido, recentemente, um prêmio extraordinário em matéria de energia. E, hoje, se dispõe, novamente, a nos ajudar, ou seja, a ajudar o Brasil.

De modo que é, para mim, realmente, uma grande satisfação estar aqui, na formação deste Conselho, composto por pessoas como as que mencionei. E, se mencionei com mais ênfase uma ou outra, é porque são pessoas do meu conhecimento pessoal e direto. Mas tenho certeza de que todos os demais aqui presentes e que fazem parte do Conselho são merecedores do nosso agradecimento.

Além disso, creio que, hoje, o Ministro Tourinho fez uma declaração importante. Vez por outra, se vê pela mídia algumas nuvens de preocupação com relação ao fornecimento de energia elétrica. Não que essas nuvens não tenham alguma razão, quando não há outras, elas têm razão. Por sorte, Deus ajudou, e outras nuvens vieram, as chuvas vieram e os reservatórios se repuseram a nível razoável, dando-nos tempo para continuar numa obra de consolidação de fontes de energia que possam complementar a hidrelétrica que, já foi dito aqui pelo Ministro Tourinho, é, realmente, a base da nossa matriz energética.

A declaração que ele fez, os dados que tem apresentado e as medidas que têm sido tomadas, sobretudo no que diz respeito à utilização do gás, vão permitir que nós façamos avanços muito grandes, de tal maneira que aquilo que é essencial, ou seja, a oferta de energia correspondente ao ritmo de crescimento do Brasil e um ritmo de crescimento correspondente às nossas aspirações possa ser, realmente, verificado nos próximos anos.

Não há razões para que estejamos inquietos, posto que as medidas estão sendo tomadas. As dez termoelétricas anunciadas serão efetiva-

das. O aumento grande da oferta a partir de 2001 já está aí, também, ao nosso alcance. Mas, sobretudo, nós não estamos confinados às grandes e tradicionais fontes que continuarão sendo indispensáveis. Estamos buscando outras maneiras de produzir energia. A co-geração de gás, a questão das pequenas usinas, a utilização da massa da cana-de-açúcar e outras massas vegetais possíveis, até mesmo a utilização da energia eólica, como vi, no Ceará, recentemente – e ainda hoje, tive o gosto de almoçar com Governador do Ceará. A possibilidade é muito grande de nós entrarmos pelo caminho, também, da energia eólica. São fontes alternativas, são fontes de energia limpa, são complementares àquelas mais tradicionais formas de produção de energia que continuarão a ser muito importantes.

Essas formas tradicionais ressaltam não apenas a continuidade do programa de eletricidade, no qual nós avançamos – como já disse o Ministro. Terminamos uma série de obras que estavam paralisadas e outras mais estão sendo terminadas. Juntamos esforços do setor privado com o setor público para viabilizar a continuidade dessas obras e, sobretudo, nós demos, de novo, um grande impulso à Petrobras e à exploração de petróleo no Brasil.

O que aconteceu nesses últimos anos, em matéria de exploração de possibilidades e de exploração efetiva de petróleo, é, simplesmente, extraordinário. O anúncio feito pelo Ministro reitera posições anteriormente já vinculadas pelos Presidentes da Petrobras e da ANP, no sentido de que poderemos vir a ser auto-suficientes em 2005. Não que em si a auto-suficiência seja uma necessidade, mas é um conforto. Mesmo que se tenha, por razões estratégicas, a decisão de continuar importando, é sempre bom saber que nós vamos ter a possibilidade de dispensar a importação, se por acaso as conjunturas nos levarem a isso. Sempre, reitero, não deixando à margem as outras fontes de energia, inclusive a do álcool ou da cana-de-açúcar – que de toda maneira tem sido de grande valia por causa da mistura que nós fazemos com a gasolina, e que não só tem efeitos positivos no meio ambiente, como também é uma fonte nova, renovável e que emprega muito gente e que, portanto, vai continuar sendo objeto de

nossa preocupação e de expansão – mas o fato é que o investimento feito na área de petróleo no Brasil é extraordinário. E apraz-me dizer que isso tudo é em benefício da Petrobras.

Quantas e quantas vezes, quantas vozes maliciosas não têm insistindo em que tudo isso é feito em prejuízo da Petrobras, que a quebra do monopólio vai acabar com a Petrobras. Não. É o contrário. Nunca a Petrobras esteve tão próspera. Nunca ela esteve tão ativa. Nunca esteve tão preocupada com o meio ambiente como ela está agora. E, portanto, essa competição é uma competição que leva a aumentar a produtividade, melhora os padrões de desempenho da empresa e, certamente, na medida em que novas empresas estiverem funcionando, inclusive pequenas empresas, posto que os últimos lotes que estão sendo postos a licitações, induzem o pequeno produtor, também, a participar desse processo, mostra que, efetivamente, nós estamos caminhando no sentido positivo.

E sobra dizer, porque já o tenho dito muitas vezes, que nós modificamos, até mesmo a fonte principal do nosso petróleo importado. O petróleo, hoje, é importado diversificadamente, mas com um peso muito grande de países da América Latina, da Argentina e da Venezuela. Em 1993, a importação desses países era zero. Hoje, o fato de termos mudado a origem do petróleo, permitiu o fortalecimento do Mercosul e um desenvolvimento maior de nosso relacionamento com a América do Sul, porque, gerou-se um fluxo financeiro que permitiu também uma expansão de bens e de serviços.

Houve, portanto, uma imensa transformação. Mas essa transformação, que é muito importante, certamente, porque é a base da possibilidade de continuidade do crescimento, tem um alcance social muito grande. O Ministro Tourinho disse, de passagem, que temos um programa que se chama Luz no Campo e que é um programa que, em poucos anos, vai permitir que tenhamos uma extensão completa da eletricidade, uma oferta completa nesses imensos campos brasileiros.

Era preciso ter visto, como eu vi, e não muito longe daqui, em Goiás, a alegria estampada no rosto das pessoas que, pela primeira

vez, tiveram as suas casas servidas pela eletricidade. É uma transformação na qualidade de vida. E isso está sendo feito porque a Eletrobrás tem recursos. E tem recursos porque houve o aporte de setores privados, de tal maneira que, hoje, há outras fontes de financiamento e não exclusivamente a fonte estatal, a qual pode se dedicar também à expansão da rede. E essa rede também só pode ser atendida por uma outra razão: é que nós já fizemos a interligação da rede elétrica, o que facilita, barateia e racionaliza muito a transmissão de energia de uma parte para outra do Brasil. De modo que essa extensão, até mesmo pontilhada pelo Brasil afora, tem como suporte uma obra de infra-estrutura muito grande. E a Eletrobrás tem tido um papel extraordinário. Agradeço também ao Doutor Firmino e a seus colaboradores o que está ocorrendo nessa matéria.

E não é só isso. Nós temos um outro programa, chamado Alvorada, que se iniciou agora, mas que terá vigência nos próximos anos. É um projeto que visa à qualidade de vida das populações mais pobres, sobretudo das regiões do Nordeste, mas não só; das regiões amazônicas e, depois, vamos pinçar as áreas mais pobres de todo o Brasil. Vai também propiciar a difusão da energia elétrica nas casas das populações mais pobres, nas escolas, porque pode parecer espantoso, mas ainda há escolas que não têm fonte de energia elétrica. Essas modificações que estão sendo feitas terão efeito social também. E não só pelo fato de ter luz. É que a luz gera também possibilidade de mais trabalho – trabalhos que são feitos, às vezes, nas casas. Também melhora a saúde, porque dá mais condições de conservação de alimentos. Pode-se, mais tarde, imaginar ter alguma geladeira, senão todos os eletrodomésticos, quando, algum dia, tivermos um nível de prosperidade necessário para isso. Enfim, tenho a impressão de que há uma dimensão social muito grande nessa transformação que está ocorrendo no Brasil.

Não digo isso com o ânimo de dizer que as coisas já estão feitas, porque não estão. Mas estão em marcha. Do Governo poder-se-á dizer mal à vontade, criticar tudo, menos uma coisa: que não tenha políticas. Pode-se ser contra as políticas. Mas nós, pelo menos, temos

a pretensão de imaginar que sabemos por que estamos fazendo o que estamos fazendo. Não o fazemos a esmo. Não é por acaso. É com políticas na área da educação, na área da saúde, na área da reforma agrária, na área da assistência social, na área da energia, na área da política industrial. Em qualquer setor, temos, de novo, políticas. E essas políticas estão amarradas em um projeto nacional.

Basta ver o que está acontecendo com o Avança Brasil e verificar que isso tudo está dentro de um quadro que é disponível a todos os brasileiros e que não é um quadro que seja feito porque alguém quer. É um quadro que derivou de uma grande pesquisa nacional, de um grande debate nacional, aprovado pelo Congresso Nacional, à disposição de todos e que mostra que o Brasil tem um rumo concreto. Quando um país tem rumo, no ponto zero, de partida, muita gente não percebe. Não estamos mais no ponto zero, mas, certamente, não chegamos ainda ao ponto final, mesmo porque esse programa é septenal. Ele tem uma amplitude maior no tempo. Mas o caminho está traçado.

Eu queria finalizar dizendo o seguinte: estamos, hoje, discutindo e criando aqui um Conselho Nacional de Política Energética. Bem, e a preocupação com o meio ambiente é central neste Conselho. Por isso, estão aqui os representantes de algumas ONGs. Não podemos mais nos dar ao luxo, no mundo de hoje, de tomar decisões de investimento sem que, simultaneamente, pensemos sobre as consequências dessas decisões no que diz respeito ao meio ambiente. Meio ambiente tem a ver com qualidade de vida. Falei da educação, da saúde, do acesso às fontes de energia das populações mais carentes. Pois bem, a questão do meio ambiente afeta a toda a população. Todos dependem de um meio ambiente mais saudável. Daí porque, em todas as nossas decisões, nós temos que sempre estar balanceando, na questão da eficiência, na questão dos recursos necessários, da oferta que aumente de uma certa proporção, temos que estar平衡ando tudo com os efeitos positivos ou não que isso possa ter sobre a questão do meio ambiente.

E, folgo dizer-lhes, porque, ainda agora, nas próximas semanas, nós estaremos discutindo em Haia, na Holanda, uma matéria im-

portante que diz respeito às mudanças climáticas – e a posição do Brasil nessa matéria tem sido de vanguarda, o próprio mecanismo foi proposto em Kyoto, para o fundo de desenvolvimento limpo é um mecanismo que foi proposto a partir de iniciativas brasileiras – vamos ter que estar muito ativos em Haia, para que as pessoas dos demais países se comprometam, efetivamente, com um esforço conjunto para que nós possamos enfrentar o desafio de um crescimento baseado em fontes energéticas renováveis. E quanto isso não seja possível, que haja compensações, através desse fundo de desenvolvimento limpo. Esse conselho se constitui já, até mesmo pela pressão das pessoas que são seus componentes, com essa preocupação de meio ambiente.

Por todas essas razões, termino reiterando os agradecimentos ao Ministro Pedro Parente, que é sempre o coordenador, por parte do Governo, dos vários esforços nas várias áreas, mas especialmente ao Ministro Tourinho e aos seus colaboradores e, muito especialmente, àqueles que nos honraram aceitando tomar parte deste Conselho.

Muito obrigado.